



# CÂMARA MUNICIPAL DO SURUBIM

## CASA EUCLIDES MOTA

C.N.P.J. Nº 08.783.078/0001-31

### PUBLICAÇÃO

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE SURUBIM VEREADOR LUCIANO MEDEIROS FILHO NA DESINCUMBENCIA DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS FAZ PUBLICAR OS SEGUINTE DISPOSITIVOS DE LEI Nº 30/2006 de 11 DE OUTUBRO DE 2006

#### LEI MUNICIPAL Nº 30 /2006

EMENTA: Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2006/2009

Art. 1º - A Lei Municipal nº 30/2006 que dispõe sobre o Plano Plurianual 2006/2009, passa a vigor, a partir de 2007, com as alterações contempladas nos anexos I e II da presente Lei.

§ 1º O anexo I que compõe o Plano Plurianual será estruturado por Entidade, Órgão Responsável, Programa, Projeto/Atividade, Classificação Orçamentária (função/sub-função), Objetivo, ações, Indicadores, Público Alvo.

§ 2º - Para fins desta Lei considera-se:

I - Programa - O instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Objetivo - Os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações de governo;

III - Público Alvo - População, Órgão, Setor e/ou Comunidade, que se destina ao programa;

IV - Projeto/Atividade - A especificação da natureza da ação que se pretende realizar;





# **CÂMARA MUNICIPAL DO SURUBIM**

## **CASA EUCLIDES MOTA**

**C.N.P.J. Nº 08.783.078/0001-31**

V - Ações - Corresponde a bens e serviços necessários para atingir os objetivos e procedimentos e trabalho governamental com vistas a execução do programa.

§ 3º - O anexo contém a relação seqüencial dos programas constantes no anexo I, enumerados de 01 a 140.

Art. 2º - Os programas que se refere o art. 1º definidos a partir das diretrizes gerais fixadas pela Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, constitui o elo básico de integração entre os objetivos e metas do Plano Plurianual, as prioridades fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2007, correspondente aos exercícios abrangidos pelo período do plano.

Art. 3º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através do Projeto de Lei específico.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar indicadores de programas constantes no PPA e a incluir, e a excluir ou alterar ações de suas respectivas metas, sempre que tais modificações não impliquem em mudanças no orçamento do município.

Parágrafo único - As correções nos indicadores, nas metas e ações dos programas autorizados no *caput* deste artigo, serão formalizadas por meio de Decretos.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência em 11 de outubro de 2006

  
LUCIANO MENDES  
PRESIDENTE